0f. 466/06 - 13.03.06 - Prefeite

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 523-23.30 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br www.camaracm.com.br Bancada do PSDB Vereador Paulo César Stanziola VereadorStanziola@camaracm.com.br

INDICAÇÃO

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO 046

Protocolo Nº 339 2006

Campo Mourão, 02/03/06 Horas 28:00

PROTOCOLISTA

Nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 128, § 1º, inciso I, o Vereador que a presente subscreve, no uso de suas atribuições, apresenta INDICAÇÃO ao SENHOR NELSON JOSÉ TURECK-Chefe do Poder Executivo Municipal, para que através do Departamento competente, seja tomada a seguinte providência:

-CASCALHAR A ESTRADA RURAL QUE DÁ ACESSO À ASSERCAM (ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO MOURÃO).

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos a reivindicação acima a pedido dos moradores e associados que passam pela estrada rural.

-Quando chove dificulta a passagem aos pedestres tendo muita lama, atrapalhando também o tráfego complicando ainda mais os moradores que necessitam da mesma.

-Quando está o tempo muito seco existe muito pó causando problemas de saúde.

Na intenção de atendermos aos interesses da população, pedimos o apoio de todos para a presente proposta.

Nestes termos, Pede Deferimento.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO, em 03 de fevereiro de 2006.

Vereador

CI-CS/046-2006

A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

OBRE A MATERIA:					
X) não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.					
) existe o registro de súmula por outro Vereador, em anexo.					
QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:					
) Não					
) Sim, Conforme anexo					
QUANTO À PREJUDICIALIDADE:					
X) não há qualquer óbice.					
) a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI) () Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b) () Já transformado em diploma legal (167,I,C)					
) a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.					
Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.					
- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.					
(X) não há qualquer óbice.					
() a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.					
() a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação -					
nº(em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.					
 () a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I. 					
() a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.					

Campo Mourão, 03 de MARÇO de 2006.

ELIAS DA SILVA Chefe da Divisão Legislativa



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450 C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

Assessoria Jurídica

www.camaracm.com.br

PARECER PRELIMINAR: DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER:

Indicação nº () Indicação Legislativa nº () Requerimento () Outros	33 7 /2006 /2006 /2006 /2006	() Projeto de Lei nº) Projeto de Resolução) Emenda à L.O.M. nº) Moção nº	/2006 /2006 /2006	
AUTOR (ES):					
OCORRÊNCIAS:					
Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.					
() Verificação de Prejudicialidade.					
() Vício de competência da matéria. Competência do (a)					
() Vício de origem. Competência privativa do (a)					
() Inconstitucional por ferir:					
() Inorgânico por ferir:					
() llegal por ferir:					
() Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas					
() Necessário corrigir nos seg	uintes pontos:			#J7	
() Necessário estudo aprofund	dado pela Assessoria Ju	ırídic	a.		
() Parecer Jurídico em anexo	-				
() Diligências necessárias ou	sugeridas:				
() A indicação atende ao art.	128, § 2º do R.I., frente	ao d	isposto no art	da LDO.	
() A indicação atende ao art.	128, § 2º do R.I., frente	ao d	isposto no art	do PPA.	
Parecer prolatado em	/3/2006.				
favorável à tramitação. () favorável à tramitação com () Pela apresentação de subs () Contrário à tramitação			Substitutivo em anexo. Diligências.	Emendas em anexo.	
GIOVANE JOSÉ MARTINS Assessor Jurídico – OAB/PR 31.312					